



Ata n.º 5

Ao vigésimo quinto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte, realizou-se, pelas catorze horas e trinta minutos na Sala dos Leões dos Paços do Concelho e em regime misto (presencial e através da plataforma *Zoom Meetings*), a quinta reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

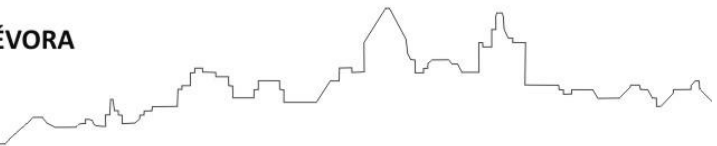
- Ponto um: Aprovação da ata da reunião anterior; -----
- Ponto dois: Ponto de situação da organização dos Estabelecimentos de Educação e Ensino face à pandemia; -----
- Ponto três: Aprovação do Plano de Transportes Escolares – Ano Letivo 2020/2021;-----
- Ponto quatro: Ponto e situação das intervenções no Parque Escolar; -----
- Ponto cinco: Outros Assuntos.-----

Na presença dos conselheiros, que participaram de forma presencial e através de plataforma digital, a Doutora Sara Fernandes, na qualidade de presidente do Conselho Municipal de Educação, deu início à reunião.-----

No Ponto Um da Ordem de Trabalhos, a Doutora Sara Fernandes informou que a ata previamente enviada havia sido retificada na parte do texto referente à intervenção do Doutor Celso Nunes, representante, em substituição da Doutora Maria de Lurdes Brito, do Agrupamento de Escolas André de Gouveia na reunião a que dizia respeito a ata, e por sua solicitação. Após o esclarecimento, a ata foi colocada a aprovação, tendo sido aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes nesta e na reunião a que respeitava a ata.-----

Passando ao Ponto Dois, ponto de situação da organização dos Estabelecimentos de Educação e Ensino face à pandemia, foi dada oportunidade aos Diretores ou representantes de cada um dos Agrupamentos de Escolas para que apresentassem o seu balanço da situação vivida entre o encerramento dos estabelecimentos de educação e ensino até à data. -----

Aproveitando para dar as boas-vindas ao Doutor Manuel Cabeça que participava pela primeira vez no Órgão, nomeadamente na qualidade de Presidente da Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício, a Presidente do Conselho Municipal de Educação deu a palavra ao novo conselheiro. Tendo em consideração o território de intervenção prioritária que é o Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício, as situações destacadas pelo Doutor Manuel Cabeça foram, por um lado, os Centros de Apoio à Aprendizagem que, devido ao seu encerramento no final do primeiro período, deixaram as crianças privadas de um acompanhamento mais sistemático e continuado e, por outro, as fragilidades que o contexto da pandemia da doença COVID-19 evidenciou



a nível social e pessoal, não obstante o Agrupamento ter desenvolvido um conjunto de estratégias de apoio às famílias e aos alunos mais carenciados. Relativamente ao ano letivo seguinte, o Doutor Manuel Cabeça deixou a nota da intenção de que fossem desenvolvidas estratégias de apoio e compensação aos mais frágeis. -----

Sobre a reabertura dos estabelecimentos de educação e ensino, destacou o reinício do Pré-Escolar que havia sido complicado e complexo, começando por referir que, e de forma oscilante devido à ansiedade e receios das famílias, de cerca de sessenta crianças que frequentavam o Jardim-de-Infância da sede regressaram apenas vinte e duas, das vinte e duas que frequentavam o Jardim-de-Infância da Cruz da Picada regressaram cerca de seis a nove crianças e, por apenas duas crianças, irmãos gémeos, terem manifestado esse interesse, o Jardim-de Infância de Valverde não reabriu. ----

A nível da educação pré-escolar, reportou que também as Educadoras de Infância manifestavam alguns receios, não só pelo facto de estarem numa faixa etária entre os sessenta e os sessenta e três anos e a algumas acrescerem problemas de saúde, mas também pelas restrições impostas, nomeadamente, a possibilidade de substituição em regime de teletrabalho e a não possibilidade de substituição em contexto de sala. -----

Relativamente ao Agrupamento de Escolas Severim de Faria, o Doutor Carlos Percheiro, diretor do mesmo, mencionou que foram adotadas as medidas emitidas pelo Ministério da Educação, adaptadas às condições de cada um dos estabelecimentos, e que também se viram acentuadas as desigualdades sociais. A nível do ensino à distância, foram identificadas várias dificuldades: mais de noventa por cento dos docentes tinham idade superior a cinquenta anos, tendo eles próprios dificuldades técnicas a nível dos meios informáticos; cerca de cento e cinquenta alunos não tinham computador nem equipamento informático, tendo algumas situações sido resolvidas através de uma empresa que gentilmente cedeu algum material. A experiência vivida deixou claro que os professores eram imprescindíveis presencialmente, pois não seria à distância ou através de meios eletrónicos ou recorrendo ao correio postal para que os alunos recebessem os trabalhos e indicações tidas por convenientes pelos professores de cada disciplina que o ensino e aprendizagem seriam efetivamente eficazes. Deixou ainda nota de que, embora com maior ou menor facilidade as dificuldades tivessem sido ultrapassadas, havia o receito de que a situação se mantivesse no ano letivo seguinte. -----

Quanto ao regresso ao ensino presencial, foi dada a opção aos encarregados de educação ou aos alunos quando maiores de dezoito anos de prescindirem das aulas presenciais no décimo primeiro e no décimo segundo anos de escolaridade, verificando-se que dos duzentos e oitenta e cinco alunos, quarenta e cinco não assistiram às aulas presencialmente nem retomaram o ensino à distância. Do ponto de vista presencial, as aulas funcionaram bem; contudo, o alargamento do calendário escolar viria a prejudicar a execução de tarefas relacionados com o final do ano letivo em curso e com o início do seguinte. -----





O Doutor Carlos Percheiro terminou a sua intervenção enfatizando que, à semelhança do trabalho da saúde, também o trabalho das escolas, dos professores e dos alunos deveria ser realçado e reconhecido.-----

Tomando a palavra, o Engenheiro Fernando Farinha Martins, diretor do Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira, começou por relatar que também neste Agrupamento de Escolas se tinham verificado desigualdades sociais, dificuldades técnicas a nível dos professores e dos alunos e falta de equipamentos e sublinhou ainda o trabalho dos professores e das famílias.-----

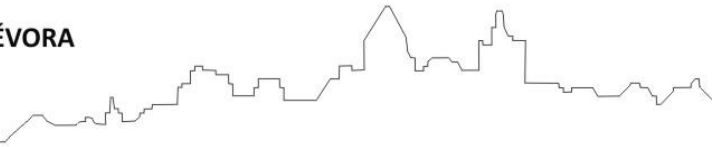
Relativamente ao ano letivo seguinte as preocupações prendiam-se com a inexistência, à data, de orientações específicas para o funcionamento das aulas.-----

Quanto ao trabalho desenvolvido aquando da interrupção das aulas, eu nota de que tinha sido feito um levantamento a nível do equipamento informático, tinha havido formação interna para os professores com o apoio dos professores de informática; foi feito também um trabalho de gestão e colaborativo para organização dos trabalhos a desenvolver com os alunos; e foram criados emails institucionais para os alunos a fim de permitir a comunicação ESCOLA-ALUNO. Para apoio ao ensino à distância, foi constituído um grupo para acompanhamento dos alunos que, por falta de equipamentos, deixaram de comunicar com a escola; foi feita uma monitorização do ensino à distância através da aplicação de questionário dirigido aos pais, alunos e professores, tendo-se registado, genericamente, resultados muito positivos e a constatação de algumas limitações/insuficiências; foram elaborados planos de trabalho diário, semanal ou quinzenal, tendo surgido algumas queixas sobre a acumulação de trabalhos e tarefas para os alunos. De uma forma geral, as expectativas foram superadas.-----

Quanto ao regresso às aulas presenciais para os alunos do ensino secundário, as turmas foram divididas pela Escola Secundária Gabriel Pereira e pela Escola André de Resende e com horários desfasados, o que permitiu reduzir a densidade de alunos por escola e concentrar as aulas presenciais, registando-se o regresso de cerca de noventa e dois por cento dos alunos.-----

Relativamente à escola de acolhimento, o Engenheiro Fernando Martins agradeceu a colaboração prestada pelos restantes agrupamentos de escolas, deixando nota de que tinha sido uma situação difícil de gerir por não haver um número diário constante de crianças e alunos.-----

Em representação da Diretora do Agrupamento de Escolas André de Gouveia, o Doutor Celso Nunes começou por destacar o empenho dos professores e das famílias, tendo-se verificado as mesmas contingências já mencionadas pelos restantes Agrupamentos. O Doutor Celso Nunes destacou que os professores trabalharam muito mais horas do que as que tinham; adquiriram energia e novos hábitos que não tinham, um esforço que procurou não prejudicar o ensino dos alunos. A nível do ensino à distância, foi possível responder a todas as necessidades dos alunos que não dispunham de recursos informáticos. Quanto às aprendizagens, as diferenças entre as dificuldades e as potencialidades fizeram-se notar, tendo-se verificado que “bons alunos” se tinham tornado em “maus alunos” e “maus



alunos” se tinham tornado “bons alunos”. O ensino à distância teve, na sua opinião, como aspeto positivo o facto dos pais se terem envolvido mais no processo de educação dos filhos. -----
Quando à avaliação do ensino à distância, o Doutor Celso Nunes partilhou que a Escola Secundária André de Gouveia tinha sido alvo de uma inspeção pelo Ministério de Educação, tendo sido dadas duas horas aos alunos e professores para responderem a um inquérito online, mas que também internamente foi feita uma monitorização em que participaram cerca de oitocentos pais e encarregados de educação, oitocentos dos dois mil alunos e cento e trinta dos cento e oitenta professores, tendo a apreciação de todos sido muito positiva. -----

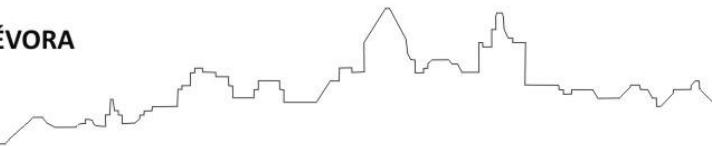
Às aulas presenciais regressaram setenta por cento dos alunos do décimo primeiro e décimo segundo anos de escolaridade e trinta por cento das crianças da educação pré-escolar, sendo que as aulas presenciais do ensino secundário tiveram como principal objetivo consolidar conhecimentos para preparação para os exames nacionais. -----

A Doutora Sara Fernandes deu ainda oportunidade aos conselheiros representantes de outras instituições/entidades para apresentarem os seus balanços sobre o período vivido entre o confinamento e o desconfinamento.-----

O Doutor Rui Rosado, representante das instituições particulares de solidariedade social com atividades na área da educação, partilhou o balanço que, de uma forma geral, as instituições representadas pela Associação Chão dos Meninos, lhe tinham feito chegar, designadamente: confinar, organizar as diretivas a Direção Geral de Saúde e reabrir com segurança para crianças, pais e funcionários; criação de planos de contingência; reforço das limpezas profundas, arrumações e desinfeção de brinquedos e espaços dos colégios; os trabalhadores das instituições aplicaram o melhor de si próprios; a maioria dos acolhidos manteve o ensino à distância; foram criadas redes de contacto com pais e encarregados de educação; algumas instituições realizaram testes SARS Cov2 a todos; e foram adquiridos equipamentos de proteção individual, o que correspondeu a um grande esforço económico e financeiro, apelando-se ao apoio da Segurança Social e da Autarquia para a aquisição desses materiais e equipamentos. O Doutor Rui Rosado referiu ainda que se haviam constatado evidências de algum stress pós-traumático em funcionários, alunos e famílias. De modo a evitar a propagação da doença dentro das instituições, deixou nota da necessidade em se encontrar um espaço para acolhimento de casos positivos e para visitas das famílias às crianças e jovens, tendo-se dirigido em especial à Camara Municipal para ajudar nesta resposta. -----

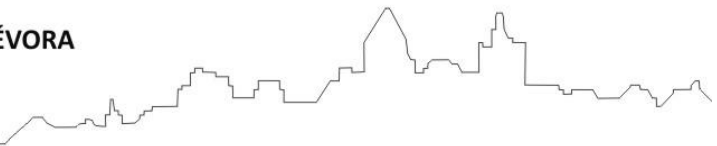
Para que o Órgão pudesse ficar a conhecer também o ponto de vista dos estudantes, foi dada a palavra ao conselheiro André Cruz, em substituição da conselheira representante do Conselho Municipal da Juventude, Fernanda Barreiros, Presidente da Associação de Estudantes da Universidade de Évora, que começou por referir que os problemas sentidos foram a adaptação ao ensino à distância, ao sistema de avaliação e também ao de aprendizagem; houve dificuldades na adaptação, quer da parte dos professores quer dos alunos, do nível de exigência que fosse aceitável para as duas partes, o que





acabaram por encontrar. O conselheiro destacou ainda, pela positiva, o trabalho desenvolvido pela Universidade de Évora na resposta à pandemia, nomeadamente no contributo dado a nível da Comunidade, através da investigação e da ajuda na preparação dos testes. ----- Terminou a sua intervenção dando conta que, embora a Universidade de Évora a nível das suas residências tivesse implementado os Planos de Contingência e as medidas de segurança e higiene necessárias para garantir a prevenção do contágio, aquando do reinício das aulas presenciais, pelo maior número de alunos e de diferentes pontos do país, o risco iria aumentar. Outra preocupação tinha a ver com o facto de, por inexistência de contratos de arrendamento, os senhorios de algumas casas destinadas a alojamento de estudantes universitários não terem permitido que os alunos que se haviam ausentado devido ao confinamento regressassem às mesmas. ----- Questionado pelo Doutor Rui Rosado sobre a sua posição em relação à atitude de irreverência que alguns estudantes demonstraram após o desconfinamento e se considerava que pudesse haver alguma forma de os sensibilizar para a mudança de comportamentos, o conselheiro André Cruz, concordando que com a reabertura dos bares e cafés se havia notado essa irreverência por parte dos estudantes, que não seriam apenas os do ensino superior, referiu como principal causa para esse tipo de comportamento a eventual falta de consciência da gravidade do mesmo e que, embora ações de sensibilização pudessem desencadear alguma mudança, cumulativamente, também os horários de encerramento dos bares e cafés deveria ser antecipado e haver uma maior fiscalização para garantir que as regras de segurança eram cumpridas. ----- Para fazer o balanço do funcionamento do Ensino Superior, do ponto de vista da instituição e dos professores da Universidade de Évora, foi dada a palavra ao Professor Doutor António Ricardo Mira, representante das instituições de ensino superior público, que começou por referir que a Instituição tinha procurado resolver os problemas emergentes da forma possível, tendo-se constatado que não estava preparada para os resolver da forma mais adequada como estaria se tivesse tido tempo para essa preparação. ----- Alguns docentes que lecionaram áreas relacionadas com a saúde, como por exemplo Psicomotricidade, cujo currículo é composto por unidades curriculares totalmente práticas, partilharam que essas unidades não puderam ser realizadas de acordo com a planificação. Contudo, mesmo à distância e com estratégias não previstas, docentes e alunos acabaram por resolver os problemas. -- Sobre o início do próximo ano letivo, o Professor Doutor António Ricardo Mira enfatizou que a programação do mesmo não poderia ser feita de forma muito otimista, pois pela realidade que se vivia, o ensino à distância se iria manter numa maior percentagem e/ou talvez, em alguns momentos, de forma exclusiva. ----- Sublinhando a formação dada aos professores dos Agrupamentos de Escolas e que teria incidido sobre o domínio das tecnologias e de determinadas plataformas, o Professor Doutor António Ricardo Mira destacou a necessidade dos professores receberem também formação direcionada para uma





pedagogia e uma didática do ensino à distância, com vista à sua capacitação para a sobrecarga que este tipo de ensino provoca.-----

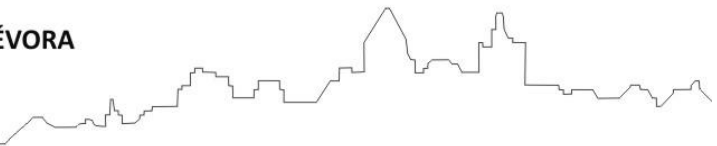
O conselheiro manifestou ainda a sua preocupação com o facto de, atendendo a que se perspetivava a continuidade do ensino à distância, não haver ainda indicação superior, no caso do Ministério da Educação, para a redução dos tempos letivos. Justificou a sua preocupação por, a nível da capacidade de atenção e concentração, a tecnologia à distância ser muito mais cansativa quer para o aluno quer para o professor, uma vez que não permite o alcance de todas as expressões corporais e, reduzindo o alcance apenas às expressões faciais, os níveis de atenção tendem a aumentar para manter o contacto e perceber como é que a comunicação pedagógica está a ser feita. Atendendo aos tempos de atenção e ao cansaço que provoca nos alunos e professores, deveria, na opinião do conselheiro, ser feito um ajustamento do cumprimento dos tempos letivos, de forma a serem dadas aulas proveitosas e não destruidoras dos ensinamentos e das aprendizagens no próximo ano letivo.-----

Terminou a sua intervenção sugerindo que fosse feita uma autoformação, ligada a uma heteroformação, sem esquecer a eco formação para preparar o novo ano, para que não se corrigisse apenas o que não tivesse corrido bem, mas fazendo coisas novas que se considerassem eficazes e capazes de resolver problemas.-----

A representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos do Agrupamento de Escolas André de Gouveia, a Senhora Dona Dulce Santos, fazendo um resumo da perspetiva dos pais e encarregados de educação, começou por referir que não havia sido uma situação fácil. Os pais e encarregados de educação que se encontravam em teletrabalho necessitaram de adaptar o seu trabalho de forma a conseguirem dar a atenção que era necessário aos seus educandos. Referiu ainda que tinha sido uma situação muito exigente, mas de forma geral, pelo menos a nível do Agrupamento de Escolas André de Gouveia, as coisas tinham fluído, tinha havido muita comunicação com os Diretores de Turma, os pais e encarregados de educação e os alunos. O ensino à distância demonstrou ter algumas fragilidades, pelo que seria necessária uma adaptação e também uma preparação para o próximo ano letivo onde este modelo de ensino se iria manter, pois se este modelo de ensino não fosse bem planeado, a situação deixaria os pais e encarregados de educação apreensivos a nível das aprendizagens.-----

A fim de se ficar a conhecer a perspetiva do Ministério de Educação / Delegação Regional de Educação do Alentejo sobre o período pós ensino à distância e das diretivas para o próximo ano letivo, a Presidente do Conselho Municipal de Educação solicitou ao Doutor José Gazimba Simão, em representação da Doutora Maria João Charrua, delegada regional de educação do Alentejo, que interviesse. O conselheiro começou por referir que os Agrupamentos de Escolas e respetivos professores tinham sabido responder ao desafio que lhes tinha sido colocado, destacando o elevado nível de empenhamento e a capacidade de encontrarem soluções rapidamente.-----





A questão mais sensível, a relacionada com os jovens e famílias sem recursos, as desigualdades sociais, tinha-se constituído como uma grande prova, um grande teste ao país e ao sistema educativo. A aquisição por parte do Ministério da Educação de equipamentos informáticos para apoiar os cerca de vinte a trinta por cento de alunos sem recursos para o ensino à distância seria um pequeno caminho, mas o mais importante seria a relação pedagógica, a relação professor/aluno, o trabalho dos Diretores de Turma com as famílias e alunos no sentido de não se permitir que esses alunos abandonassem a escola. A realidade vivida foi, do ponto de vista do Doutor José Gazimba Simão, uma oportunidade para se pensar no que se quer para o país e como se poderão ajudar os alunos em situações críticas. Relativamente ao próximo ano letivo, não dispondo de dados concretos, deixou nota de que seria necessário encontrar soluções para tudo o que iria acontecer a nível de Saúde Pública e dos grandes desafios com que o país estaria confrontado, fazendo todos os possíveis para que nenhum aluno ficasse excluído do novo modelo de ensino que se avizinhava. -----

A Doutora Sara Fernandes deu também oportunidade aos representantes das Forças de Segurança que, de uma forma geral, destacaram ter sido um tempo diferente e difícil, mas que haviam conseguido ultrapassar as dificuldades. A Polícia de Segurança Pública promoveu várias ações de sensibilização junto da Comunidade. Embora de uma forma geral os jovens tivessem acatado as recomendações, após o desconfinamento haviam sentido alguma resistência, principalmente à porta dos estabelecimentos de bebidas, estando prevista a aplicação de coimas mais elevadas com vista à moderação dos seus comportamentos. A nível do apoio às escolas, a Polícia de Segurança Pública colaborou no transporte dos trabalhos até à casa dos alunos com quem ou com cujos encarregados de educação as escolas não conseguiam contactar, e a Guarda Nacional Republicana colaborou através do contacto direto com os alunos e famílias de forma a assegurar que os alunos estavam a acompanhar o ensino e, assim, minimizar o absentismo escolar. -----

Após as intervenções dos conselheiros presentes, a Presidente do Conselho Municipal de Educação enalteceu o esforço de todos os que diretamente asseguraram e assumiram as funções do ensino e aprendizagem: professores, organização dos Agrupamentos de Escolas e da Universidade de Évora; forças de segurança e funcionários municipais que continuaram a assumir, por exemplo, as funções de limpeza.-----

Não tendo servido para mais nada, na sua opinião, a pandemia teria servido para demonstrar que haviam muitas pessoas empenhadas em fazer o melhor que sabiam com aquilo que tinham. -----

A Doutora Sara Fernandes reforçou também a questão das desigualdades, pois embora se estivesse a atingir um nível de ensino mais inclusivo para todos, não obstante as desigualdades económicas que já existiam entre as famílias dos alunos, a pandemia tinha vindo acentuá-las, situação que a levava a preocupar-se com a forma como o Ministério de Educação iria assegurar o acesso a um computador para todos os alunos e que o ensino voltasse a atingir os níveis de igualdade e equidade que existiam antes do início da pandemia.-----





Da sua perspetiva, a relação professor-aluno, o ensino presencial e a parte pedagógica ficariam seriamente comprometidas quando entre o professor e o aluno existia um ecrã; por outro lado, se em regime presencial se tentava combater o número de horas que as crianças e jovens passam em frente a um ecrã, com o ensino à distância não seria possível manter a campanha de redução dessas horas, pois o ecrã tinha passado a ser a única forma possível para manter o contacto e a atividade minimamente em funcionamento. -----

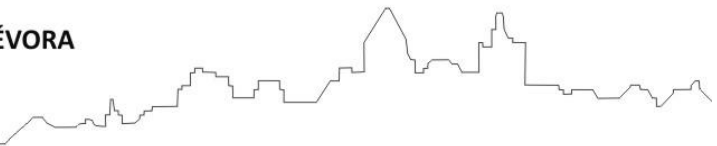
A Presidente do Conselho Municipal de Educação informou que, através do Serviço Municipal de Proteção Civil e de uma comissão alargada com elementos da Saúde, Segurança Social, Hospital e Municípios, haviam sido criados equipamentos de primeira e segunda linhas e também de retaguarda para prevenir, por exemplo, um excesso de internamentos no Hospital, começando por se criar um hospital de campanha e passando pela disponibilidade de pavilhões das Escolas, inclusive dos Salesianos de Évora, e de espaços de equipamentos hoteleiros e de outros particulares. Agradeceu ainda aos Agrupamentos de Escolas por terem apoiado no funcionamento da escola de acolhimento e no funcionamento de refeitórios para fornecimento de refeições não só às crianças que frequentaram a escola de acolhimento como também às crianças e alunos de Escalão A e B de Ação Social Escolar. Ao Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira agradeceu, em particular, por se terem disponibilizado para fornecer refeições a equipas de segurança que foram necessárias criar, quer dos Bombeiros, quer da Proteção Civil. -----

Retomando o tema das desigualdades e dos alunos que não tinham acesso a equipamento informático, a Doutora Sara Fernandes sugeriu que, na impossibilidade de se adquirirem computadores portáteis para todos os alunos levarem para casa, fosse ponderada a criação, em cada agrupamento, de uma sala que os alunos pudessem frequentar com o apoio de um professor para poderem consultar os documentos de forma segura (com equipamentos de proteção individual) e tirar dúvidas, eventualmente sobre as matérias, mas principalmente sobre como poderiam aceder aos materiais disponíveis para o seu nível de ensino e ano de escolaridade, sendo que a Autarquia estaria disponível para apoiar a criação em cada Agrupamento de pelo menos uma sala com essas características. -----

Terminou a sua intervenção deixando a sua preocupação em relação ao início do novo ano letivo, sobretudo em relação às medidas de segurança e higiene para minimizar a propagação do vírus que só poderiam ser decididas dia-a-dia pelo facto das condições sanitárias mudarem diariamente. -----

Sobre a proposta de criação de uma sala em cada agrupamento para apoio aos alunos sem recursos informáticos, o Doutor Carlos Percheiro reforçou que todos os documentos do Ministério da Educação eram unânimes em considerar que, por via da Direção Geral de Saúde, os alunos deviam estar o menor tempo possível na escola, tendo apenas sido permitido o regime presencial para os alunos do décimo primeiro e décimo segundo anos do ensino secundário e, mais tarde, para a educação pré-escolar. -----





Terminado o balanço por parte das diferentes entidades sobre o período atípico que viveram devido à pandemia da doença COVID-19, passou-se ao ponto três, aprovação do Plano de Transportes Escolares – Ano Letivo 2020/2021.-----

Sobre a previsão do número de alunos para o próximo ano letivo, foi explicado que tinham sido considerados todos os que tinham sido indicados aquando da solicitação aos Agrupamentos de Escolas da previsão das necessidades, embora nem sempre todos efetivem o seu pedido de transporte escolar. -----

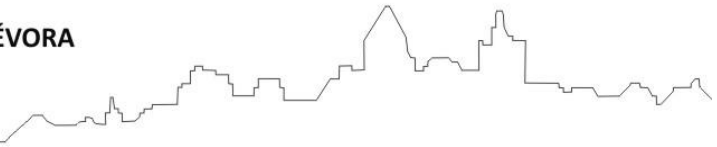
Quanto aos valores do investimento global da rede de transportes escolares, foram calculados com base não só no número máximo de alunos que poderiam vir a solicitar o apoio, como também em cento e oitenta dias letivos, conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 55/2018, de seis de julho. Mais se informou que, embora fosse previsível que, em sede de reajustamento, os valores globais diminuíssem, considerando o contexto da pandemia, a nível do transporte efetuado através dos veículos das Juntas de Freguesias e de aluguer, esses valores em particular poderiam sofrer um aumento devido à eventual necessidade de se criarem mais circuitos para garantir o cumprimento das regras que viessem a ser determinadas quanto à lotação máxima para esses veículos. -----

Previamente à votação do Plano, o Doutor Celso Nunes deu nota de duas questões práticas. A primeira dizia respeito ao acesso à internet, sem a qual os computadores não poderiam dar o seu total contributo ao ensino à distância e que seria uma matéria em que o Município e o Ministério de Educação poderiam ter um papel a desempenhar junto das operadoras para que as redes fossem alargadas. Quanto à segunda questão, relacionada com os transportes escolares, informou que alguns alunos do ensino secundário, no caso, os residentes fora do concelho de Évora, não teriam regressado às aulas presenciais por não terem transporte à hora de almoço, deixando nota de que o problema poderia subsistir no ano letivo seguinte. -----

Sobre o problema do transporte dos alunos do ensino secundário provenientes de outros concelhos aquando do regresso às aulas presenciais, o Engenheiro Fernando Martins informou que também no Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira tinham havido alunos que tinham optado por não regressar às aulas presenciais por inexistência de carreiras no período da hora de almoço. Aproveitou ainda a sua intervenção para manifestar o seu interesse na proposta apresentada pela Doutora Sara Fernandes para a criação da sala de apoio em cada agrupamento, solicitando que lhe fosse enviada mais informação. -----

Sobre os problemas identificados pelos Agrupamentos de Escolas André de Gouveia e Gabriel Pereira em relação ao transporte escolar, a Doutora Sara Fernandes solicitou que enviassem por escrito as situações que tinham surgido e explicou que, no caso dos alunos do concelho de Évora, haviam sido asseguradas, através da CIMAC junto da empresa de transportes interurbanos, carreiras no período da hora de almoço. -----





O Plano de Transportes Escolares - Ano Letivo 2020/2021 foi colocado a aprovação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

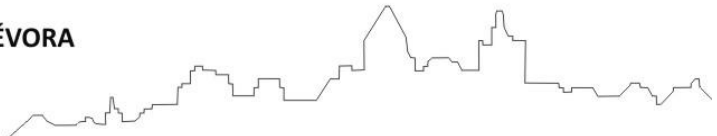
Atendendo a que o horário da reunião já estava longo e que a informação que fazia parte do ponto quatro da ordem de trabalhos, ponto de situação das intervenções no Parque Escolar, já havia sido enviada por ofício aos Agrupamentos de Escolas, a Presidente do Conselho Municipal de Educação comprometeu-se a enviar a informação por correio eletrónico a todos os conselheiros. -----

Passando ao quinto e último ponto da ordem de trabalhos, outros assuntos, a Doutora Sara Fernandes começou por apresentar a proposta de atribuição dos auxílios económicos no âmbito da Ação Social Escolar, proposta que tinha por base os procedimentos do ano letivo 2019/2020 e os mesmos valores, uma vez que se mantinha em vigor o Despacho n.º 7255/2018, de trinta e um de julho.-----

Colocada a proposta a aprovação, a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

Neste último ponto, a Senhora Dona Dulce Santos solicitou informação sobre o ponto de situação da recomendação que havia sido aprovada na reunião anterior sobre as obras da Escola Secundária André de Gouveia. Sobre este assunto, a Doutora Sara Fernandes informou que não tinha recebido qualquer resposta, assim como não tinha ainda recebido resposta aos quatro ofícios enviados anteriormente. Mais informou que, tendo surgido recentemente uma diretiva no sentido de aproveitamento de fundos comunitários ainda do quadro 2020 para a resolução do problema do amianto, havia sido enviado ofício à Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares a nível Central, com conhecimento à Delegação Regional de Educação do Alentejo, a todos os Agrupamentos de Escolas e à senhora Secretária de Estado, a fim de perceber quais eram as condições da candidatura, uma vez que todos os estabelecimentos que eram da responsabilidade municipal (Pré-Escolar e Primeiro Ciclo do Ensino Básico) já haviam sido intervencionados ou identificados para intervenção no mandato anterior, e os casos que permaneciam no concelho (Escola Básica de Santa Clara e Escola Secundária André de Gouveia) não eram da responsabilidade da Autarquia. Sobre estas intervenções, a Associação Nacional de Municípios acordou colaborar com o Governo para resolver o problema das escolas que eram responsabilidade deste. A preocupação da Autarquia em relação à intervenção nas Escolas Básica de Santa Clara e Escola Secundária André de Gouveia era, por um lado, não saber se já existiam projetos, sem os quais não se poderia intervir e, por outro lado, o facto de haver poucas empresas a nível nacional que estivessem certificadas para este tipo de intervenção. Devido ao número reduzido deste tipo de empresas, mesmo sem ainda haver resposta ao ofício, a Divisão de Educação e Intervenção Social já tinha indicação da parte da Doutora Sara Fernandes, na qualidade de Vereadora do Pelouro, para entrar em contacto com as empresas que tinham feito as intervenções nas escolas da sua competência, a fim de deixar um pedido de reserva para intervirem nas escolas agora em causa.-----





Em relação ao caso concreto da Escola Secundária André de Gouveia, a Presidente do Conselho Municipal partilhou ainda que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Évora havia questionado a Associação Nacional de Municípios sobre a possibilidade de incluir neste processo as obras de reabilitação de que a escola carece, tendo-lhe sido transmitido que as verbas em causa eram específicas para a resolução do problema do amianto. -----

O Doutor José Gazimba Simão esclareceu que qualquer candidatura para intervenção nas escolas teria de ser apresentada pelos municípios, pelo que, também teriam de ser estes a tratar da questão dos projetos necessários para formalizar a candidatura, uma vez que só os municípios se poderiam candidatar a estes quadros comunitários. -----

Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Municipal de Educação deixou nota de que contactaria as direções dos Agrupamentos de Escolas para agendamento de uma reunião para preparação do novo ano letivo e para concretização dos apoios da Autarquia para a constituição das salas de apoio com vista a minimizar as desigualdades criadas pela situação da pandemia e deu por concluída a reunião, da qual se lavrou a presente ata. -----

Da presente ata faz parte integrante a Lista de Presenças, em anexo. -----

Évora, vinte e cinco de junho de dois mil e vinte. -----